



IBP1346_06

DESENVOLVIMENTO E ESTRUTURAÇÃO DE FORNECEDORES PARA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E GÁS

Marcelo Jezler¹, Genivaldo B.Santos², Nicolás Honorato³, Evandro Minuce Mazo⁴, Roberto J.B.Câmara⁵

Copyright 2006, Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás - IBP

Este Trabalho Técnico foi preparado para apresentação na *Rio Oil & Expo and Conference 2006*, realizada no período de 11 a 14 de setembro de 2006, no Rio de Janeiro. Este Trabalho Técnico foi selecionado para apresentação pelo Comitê Técnico do evento, seguindo as informações contidas na sinopse submetida pelo(s) autor(es). O conteúdo do Trabalho Técnico, como apresentado, não foi revisado pelo IBP. Os organizadores não irão traduzir ou corrigir os textos recebidos. O material conforme, apresentado, não necessariamente reflete as opiniões do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás, seus Associados e Representantes. É de conhecimento e aprovação do(s) autor(es) que este Trabalho Técnico seja publicado nos Anais da *Rio Oil & Expo and Conference 2006*.

Resumo

Nas últimas décadas, a indústria petrolífera brasileira, até pouco tempo caracterizada por uma estrutura estatal, monopólica e monopsônica, vem sofrendo mudanças que impulsiona seu crescimento e cria novos negócios. Neste ambiente, as políticas de concorrência passam a ter um papel fundamental, garantindo que o mercado aloque e distribua eficientemente seus recursos na economia. Cabe às políticas a definição e garantia de regras justas que protejam os agentes contra os poderes das *majors* e que, conseqüentemente estas políticas venham facilitar o ingresso de novos atores. Com a quebra deste monopólio, empresas de E&P se instalaram no país reativando as indústrias para-petrolíferas, importantes no apoio e desenvolvimento de uma cadeia, que vem se firmando entre os poucos setores que mantiveram taxas de crescimento positivas. A magnitude dos números justifica-se pelo fato deste setor (óleo&gás), possuir grande representatividade sócio-econômica. Neste cenário, empresários e especialistas do setor, uniram-se na criação da *RedePetro*, uma rede de fornecedores específicos desta indústria, apoiados pela FIEB-IEL, SECTI e SEBRAE com objetivo de desenvolver e qualificar indústrias locais para atendimento das empresas de E&P do Estado. Pretende-se assim criar condições necessárias para tornar estas empresas eficientes e competitivas para atendimento deste mercado renascente de grande sustentabilidade e importância socioeconômica.

Abstract

During the past few years, the Brazilian petroleum industry, a monopoly exercised by the State-owned Petrobras for over 40 years, also monopsonic, has been going through changes boosting its growth and creating new business opportunities. Under this scenario, the regulatory regime assumes a critical role by ensuring the flow of investments and efficient distribution of resources. Defining policies and guarantees aiming at protecting the sector from the ferociousness of the majors is a responsibility of the regulatory agency. Such policies must generate a competitive and attractive scenario. With the end of the State Monopoly, new oil companies and operators have established themselves in Brazilian territory boosting the entire sector, one of the few segments maintaining noteworthy growth rates during the past few years. Within this scenario the Bahia State Federation of Industries (FIEB-IEL), the Bahia State Office of Science and Technology (SECTI), and the SEBRAE/BA decided to establish the *RedePetro*, a network of service and equipment providers, specialists, and other related-business. The *RedePetro* is aiming at developing and qualifying local industries and business to provide services, equipments and expertise to oil companies operating in Bahia, and making local companies more efficient and competitive.

1. Introdução

¹ Engenheiro Civil, Especialista em Engenharia de Petróleo – UFBA/ETEP INDÚSTRIAS LTDA

² Economista, Especialista em Eng. de Petróleo, Mestrando em Regulação da Energia - UFBA/UNIFACS/FIEB-IEL

³ Engenheiro de Minas, Especialista em Eng. de Petróleo, Mestre em Eng. Ambiental – UFBA/SECTI-BA

⁴ Engenheiro Mecânico, Mestre em Engenharia de Produção – FIEB-IEL

⁵ Engenheiro de Minas, Mestre em Regulação da Indústria de Energia – ANP/UNIFACS

A indústria petrolífera tem como características além do dinamismo, alto risco e principalmente grandes investimentos envolvidos, em exploração, desenvolvimento e exploração. Em todo o mundo esta indústria foi caracterizada por sua estrutura oligopólica composta por monopólios estatais na maioria dos países produtores. Porém nas duas últimas décadas, efetivas mudanças vem redesenhando esta indústria e, no Brasil não poderia ser diferente, ao ponto que após a publicação da Lei 9.478/97 – Lei do Petróleo e criação da ANP– novas empresas vem investindo no país não só em grandes descobertas mas também em pequenos campos com acumulações marginais.

Um mercado antes operado pela Petrobrás vem criando grandes oportunidades para toda cadeia petrolífera que atua nas Bacias localizadas no Nordeste, principalmente para fornecedores de bens e serviços – indústria para-petrolífera – que praticamente foi desmontada nesta região após as descobertas *onshore* da Bacia de Campos e demais Bacias da Plataforma Continental nas últimas décadas. A redução da atratividade pelos campos *onshore* se deu em função de alguns fatores, dentre os quais o baixo volume remanescentes dos campos, impacto dos royalties e participações, incipiência e falta de estrutura para novos agentes, principalmente de fornecedores de bens e serviços específicos, e de recursos humanos especializados e qualificados.

Neste cenário, verificou-se a oportunidade para o desenvolvimento de um núcleo ou rede de fornecedoras de bens e serviços específicos com apoio de entidades de ensino e pesquisa, e outras governamentais e institucionais para o atendimento a projetos de produção de petróleo que possam gerar empregos, renda e incremento de receitas para as regiões produtoras. Além destes fatores, outras melhorias de serviços públicos essenciais podem ser observadas, como recuperação ou construção de estradas, transportes, educação e energia elétrica que elevam assim os níveis sócio-econômicos destas regiões. Assim foi criada a Rede de Fornecedores da Indústria de Petróleo e Gás da Bahia, no âmbito da primeira turma do Curso de Especialização em Engenharia de Petróleo – CEEPETRO da Universidade Federal da Bahia – UFBA, onde seus alunos que atuam em segmentos desta indústria, como empresas fornecedoras de bens e serviços, entidades governamentais e instituições de apoio as indústrias do Estado da Bahia, atentaram para a necessidade de unirem-se com objetivo de reduzir custos e criar novas oportunidades de negócios.

Assim surgiu a *RedePetro Bahia* a partir do apoio institucional de entidades como a Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB através do Instituto Euvaldo Lodi – IEL, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado – SECTI e o SEBRAE, que em parceria com a Petrobrás, desenvolve um programa de Inserção das Micro e Pequenas Empresas na Cadeia Produtiva do Petróleo, Gás e Energia.

Através de esforços conjuntos das instituições parceiras e dos empresários, empresas atuantes nesta indústria e outras aspirantes a fornecedoras se uniram para capacitarem-se e qualificarem-se em busca de aumento de competitividade e inserção num segmento resurgente com grande potencial de crescimento.

2. Justificativa

Vários estudos de pequeno porte e um abrangente Diagnóstico da Cadeia Produtiva de Petróleo e Gás do Estado da Bahia, patrocinado pela Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI em parceria com a Universidade Salvador – UNIFACS, foram as ferramentas que permitiram observar e considerar a existência de várias condições favoráveis à criação da *RedePetro* no Estado da Bahia. Essas condições consequentemente contribuíram para o sucesso desta iniciativa. Algumas destas condições estão abaixo descritas:

1. A necessidade e carência do mercado nacional e estadual em recursos humanos e materiais especializados para indústria do petróleo e gás natural;
2. A importância deste setor para o crescimento e desenvolvimento dos municípios, estado e união;
3. A necessidade do cumprimento do conteúdo local mínimo exigido pela ANP às concessionárias;
4. O interesse das indústrias de E&P atuantes no Estado, que este conteúdo mínimo seja absorvido pelas empresas fornecedoras locais para o desenvolvimento de campos de petróleo na Bahia;
5. A existência de diversas empresas fornecedoras de bens e serviços, muitas delas já atuando em suas especialidades junto às indústrias estabelecidas no Estado;
6. A Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB, como entidade sindical de grau superior, representativa das indústrias do Estado;
7. O Instituto Euvaldo Lodi: Núcleo Regional na Bahia – IEL/BA, instituição com expertise em articulação, interação e gestão de negócios entre as indústrias.
8. A participação do Sistema FIEB, SENAI, SESI e do IEL/BA no apoio a criação, consolidação e gestão de ações que objetivam a sustentabilidade da Indústria baiana;
9. A existência do Programa de Qualificação de Fornecedores – PQF, de excelente reputação no âmbito empresarial pelo sucesso de suas ações junto às indústrias atendidas no Estado; e,
10. O interesse e importância para toda cadeia de petróleo e gás, bem como para as instituições apoiadoras na regeneração, desenvolvimento e consolidação deste segmento, em função do grande potencial de negócios a serem gerados com melhores vantagens comparativas e competitivas;

11. A existência de um forte apoio governamental ao setor de petróleo e gás em decorrência dos benefícios sócio-econômicos derivados para o Estado.

3. Iniciativas no Estado da Bahia

Diversas ações são realizadas no Estado da Bahia a favor da regeneração da indústria petrolífera. As instituições apoiadoras giram sempre em torno das principais relatadas anteriormente, onde se destacam a representação das indústrias através da FIEB e do IEL, o Governo do Estado através da SECTI, as instituições de ensino e pesquisa como a UNIFACS, UFBA, CEFET, SENAI e outras novas universidades que já iniciaram alguns cursos de capacitação, extensão, especialização e já se preparam para cursos de graduação para atender a demandas futuras.

Cada instituição além de atuarem individualmente em suas expertises, também buscam a interação com as demais para unir esforços para atração de negócios desta indústria. Citaremos algumas ações realizadas e as respectivas instituições protagonistas

3.1 Rodadas de Licitação de Campos Marginais:

Estas ações que se iniciaram em 2005 através da Agência Nacional de Petróleo – ANP, se prolongará, segundo o Diretor Geral da Agência, Dr. Haroldo Lima, pretende colocar a disposição das pequenas empresas operadoras os campos com produtividade marginal, ou seja, cujos resultados financeiros não foram viáveis para serem operadas por grandes *majors* e devido a isto foram devolvidos. Além destes campos marginais, a ANP também disponibiliza nos seus leilões áreas novas *on shore* de pouco interesse em razão da opção das *majors* por grandes descobertas *off shore*, também com maiores riscos e necessidade de altas tecnologias de E&P. Assim, para divulgação do primeiro Leilão de Campos Marginais que aconteceu na 7ª Rodada de Licitação, a ANP realizou o lançamento também no Estado da Bahia.

3.2 RECAM – Rede Cooperativa de Campos Maduros :

Esta Rede foi criada por iniciativa da UNIFACS, após a criação do Mestrado em Regulação da Indústria de Energia – MRIE, no qual algumas das linhas de pesquisa estão diretamente relacionadas com a indústria de petróleo e gás. O mestrado foi implantado com apoio do Programa de Recursos Humanos da Agência Nacional de Petróleo – PRH/ANP e hoje já se encontra em sua oitava turma, na qual muitos dos seus alunos/pesquisadores são financiados com bolsas fornecidas por grandes empresas de energia, petróleo e gás, além de alunos oriundos destas empresas. O MRIE desenvolve pesquisas nas áreas de regulação, novas tecnologias para indústria as indústrias de energia, economia, direito e gestão destas indústrias.

Daí surgiu a RECAM com incentivo da FINEP com objetivo de realizar pesquisas e projetos direcionados aos campos maduros e marginais da região nordeste, através de parcerias com outras universidades do país. Dentre as universidades que compõem a RECAM estão: Universidade Salvador (UNIFACS), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Fundação Instituto Tecnológico do Estado de Pernambuco (ITEP) e também de empresas da indústria do petróleo como a Petrobras, ANP, Bahiagas, Petroreconcavo, Queiroz Galvão, W. Washington, que atuam no Estado e demais regiões do país.

3.4 Associação das Empresas Produtoras de Produtores de Petróleo e Gás Natural Extraídos de Campos Marginais do Brasil – APPOM:

Esta associação se deu, justamente após a 7ª Rodada de Licitação da ANP, a qual foi lançado o 1º Leilão de Campos Marginais e que contou com uma participação de interessados que excedeu as expectativas da ANP. Das dezessete áreas ofertadas, apenas duas não foi arrematada e, como grande parte destas áreas se localizam na Bacia do Recôncavo, apesar de apenas uma empresa baiana ter obtido sucesso no leilão, partiu justamente desta empresa a iniciativa de criação da APPOM, que foi de imediato apoiada pelas instituições de apoio as indústrias do Estado, como a FIEB/IEL, SECTI, UNIFACS, UFBA, etc., na expectativa que esta iniciativa fosse também catalizadora de negócios para a Bahia.

3.5 Comitê de Petróleo e Gás - FIEB:

O Comitê de Petróleo e Gás da Federação das Indústrias do Estado da Bahia, é um fórum de discussões formado por empresas, instituições apoiadoras, universidades e demais organismos ligados a indústria de petróleo e gás, representadas no fórum por seus Executivos, organizada e reportada diretamente a Presidência da FIEB, que se reúne mensalmente para discutir temas e assuntos de interesse desta indústria. Resultados destas reuniões são encaminhado a Presidência da FIEB para ações positivas em prol do crescimento e desenvolvimento da indústria de petróleo e gás da Bahia e do Brasil.

No âmbito da FIEB, também foi instituído no SENAI, o Núcleo de Petróleo e Gás do Sistema FIEB, o qual busca o atendimento às demandas tecnológicas, de qualificação, análises, pesquisas e capacitações diversas para esta indústria.

4. O processo de estruturação da Rede

Estruturar uma rede de cooperação significa partir de um grupo heterogêneo de pessoas, desconhecidas umas das outras mas interessadas nos objetivos iniciais do projeto, e atingir um grau de integração tal que permita chegar a um consenso para definir a missão, a visão, os objetivos, o plano de ação e as normas da Rede e, o que é mais importante, estabelecer um comprometimento com o grupo.

As dinâmicas de grupo são excelentes ferramentas para alcançar os objetivos acima. Nelas, o importante é direcionar as atividades para que o próprio grupo consiga definir o que quer, até onde está disposto a chegar e como quer conseguir seus objetivos.

4.1 A definição da missão e visão

Após três encontros visando o conhecimento mútuo e inter-relacionamento dos participantes (lembramos, empresários de diversos segmentos, com distintos graus de conhecimento do mercado e com variados *backgrounds*), deve-se partir para a definição da missão e da visão da Rede. No nosso caso, foram definidas do seguinte jeito:

Missão: Criar e viabilizar soluções para a inserção e manutenção das empresas da Rede no mercado de petróleo e gás.

Visão: Ser, até 2010, referência no mercado de petróleo e gás como a maior e mais rentável rede de negócios.

4.2 A determinação do público-alvo da Rede

A troca de experiência entre empresas que já atuam como fornecedoras e outras micro e pequenas empresas incipientes neste segmento mostra-se de grande importância, principalmente no atual momento em que novas empresas produtoras de petróleo iniciam sua produção no Estado, tanto em novas fronteiras como no desenvolvimento de Campos Maduros e Marginais licitados nas últimas rodadas da ANP. Nesse contexto de parceria multi-stakeholder, a *RedePetro Bahia* visa a integração dos atores seguintes:

- Micro, pequenas e médias empresas fornecedoras de bens e serviços especializados à cadeia produtiva de petróleo e gás natural;
- Empresas “âncora” demandantes de bens e serviços de qualidade e tecnologia aprimorada;
- Centros de ensino e de pesquisa especializados em petróleo e gás;
- Entidades financiadoras públicas e privadas;
- Instituições de caráter federal, estadual e local tais como a ANP, ONIP, PROMINP, RECAM, Prefeituras, etc.;
- Quaisquer outras entidades suscetíveis de participar da cadeia produtiva de petróleo e gás natural no Estado da Bahia (órgãos ambientais, escritórios de advocacia, etc.).

4.3 A determinação dos objetivos e atribuições da Rede

Além de contribuir para o desenvolvimento do Estado integrando os agentes envolvidos através da articulação de uma rede de empresas fornecedoras de bens e serviços de base tecnológica para a indústria petrolífera, objetiva-se com a formação desta Rede, entre outras, as seguintes atribuições:

- Promover a inserção competitiva das micro, pequenas e médias empresas baianas, atuais e potenciais fornecedoras de bens e serviços, à cadeia produtiva de petróleo e gás natural;
- Identificar oportunidades de negócio e de desenvolvimento tecnológico para as empresas e instituições integrantes da Rede;
- Melhorar a qualificação técnica e tecnológica das empresas fornecedoras de bens e serviços;
- Diversificar a carteira de fornecedores das empresas âncora;
- Fortalecer a cooperação entre os atores da cadeia produtiva de petróleo e gás natural da Bahia;
- Viabilizar o intercambio de informações de interesse geral;
- Adquirir visibilidade em eventos técnicos e força de grupo diante do mercado externo; e,
- Procurar a auto-suficiência dos suprimentos e diminuir a dependência de tecnologia importada.

A participação da indústria petrolífera no PIB do país e dos Estados produtores é bastante significativa e se dá principalmente através de arrecadações de tributos, royalties e participações governamentais, especiais e de terceiros. Muitos investimentos também são realizados através de gastos nas próprias bacias e nos seus respectivos municípios, gerando emprego e elevando a renda destes, além de diversas outras ações de responsabilidade social, ambiental e cultural, promovidas e patrocinadas por empresas petrolíferas.

Além das empresas produtoras (petrolíferas), a indústria de petróleo demanda diversos produtos e serviços específicos para seu pleno funcionamento, incentivando e mobilizando um alto volume de recursos humanos e materiais para seu pleno atendimento através dos seus fornecedores específicos.

Assim, a Bahia e toda região Nordeste, em decorrência das últimas descobertas comerciais e da reativação dos Campos Maduros e Marginais, vem despontando como importante pólo petrolífero do país, atraindo importantes indústrias do setor e agregando um grande potencial de desenvolvimento socioeconômico com geração de novos negócios nesta região.

4.4 A elaboração dos documentos formais

Visando maximizar a capacidade operacional da Rede é preciso pensar em dotá-la de estrutura jurídica a partir da elaboração, aprovação e registro dos documentos seguintes:

- Ata de Fundação, assinada pelos participantes da primeira reunião do grupo ou assinada pelos participantes da primeira reunião da Rede, após a definição dos objetivos, etc.;
- Estatuto;
- Regimento Interno;
- Código de Ética.

Não está demais deixar registro de todas as reuniões por meio de ata da mesma e lista de presença dos participantes à reunião.

5. A consolidação e crescimento da Rede

A consolidação e crescimento da *RedePetro Bahia* se fez através de quatro ferramentas básicas: o desenvolvimento do plano de ação, o inter-relacionamento, o marketing e a Internet.

5.1 O desenvolvimento das ações

O Plano de Ação elaborado no início dos trabalhos em grupo deve ser acompanhado regularmente para que os resultados sejam o verdadeiro foco da Rede. Para otimizar o trabalho, é recomendável criar vários grupos em função das prioridades estabelecidas pelos próprios empresários. Assim, no caso da *RedePetro Bahia* foram definidos os seguintes grupos temáticos:

- Estruturação;
- Novos Negócios;
- Capacitação;
- Marketing
- Suporte.

É importante que todos os participantes estejam envolvidos, no mínimo, em um grupo.

Com o passar do tempo, alguns grupos completam suas ações e deixam de ser úteis, como no caso do grupo de Estruturação. É o momento de reunir de novo todos os participantes e definir novos grupos. No caso da Rede, os grupos evoluíram para:

- Inovação Tecnológica;
- Novos Negócios;
- Capacitação;
- Marketing;
- SMS e Responsabilidade Social.

Outra possibilidade é fazer a divisão por setores de atividade. Um exemplo seria:

- E&P;
- *Downstream*;
- Gás;
- Etc.

5.2 O inter-relacionamento

É fundamental, desde os primeiros passos, contar com um coordenador que assuma não só os trabalhos de administração da Rede mas também de representação da mesma nos foros de discussão do setor e nos eventos relacionados. O coordenador deve sair ao campo, conhecer o setor, seus atores, os interesses em jogo, identificar as fraquezas do mercado que podem se converter em oportunidades para a Rede. O coordenador deve visitar empresas, grandes e pequenas, e vender a idéia da Rede como algo novo, que realmente o é, que vai trazer benefícios para uns e para outros.

5.3 O marketing

A Rede tem que se vender como uma entidade dinâmica e nada melhor do que associar a Rede a uma logomarca e que essa logo apareça em eventos, publicações, etc. É fundamental, então, desenhar uma logo e um selo que credencie às empresas participantes.

5.4 A Internet

Em fim, hoje, Internet é fundamental. A Rede deve se dotar de um site e esse site deve ser útil, atualizado, cheio de informação e interativo. É importante a criação de um boletim de notícias eletrônico publicado regularmente, que mantenha o setor informado do que acontece e que permita lembrar que a Rede continua dando suporte.

6. Agradecimentos

Os autores agradecem as suas intuições de origem, a ANP/UFBA/CEEPETRO, curso de Especialização no qual os autores se conheceram e idealizaram esta Rede.

7. Referências

- ANP – Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Anuário Estatístico Nacional, 2003.
- CÂMARA, R.J.B. Campos Maduros e Campos Marginais – definição para efeitos regulatório. Salvador, Maio, 2004.
- CÂMARA, R.J.B. Campos Maduros e Campos Marginais – Definição para efeitos regulatórios. Dissertação de Mestrado, Salvador, Maio, 2004.
- HORTA-NOGUEIRA, L.A. Produção e processamento de petróleo e gás natural no Brasil: perspectivas e sustentabilidade nos próximos 20 anos. ANP, 2002.
- CÂMARA, Roberto J.B. Campos Maduros e Campos Marginais – definição para efeitos regulatório. Salvador, Maio, 2004.
- RedePetro, URL Oficial da RedePetro. Disponível em: <<http://www.redepetrobahia.com.br>>. Acesso em 20/06/2006.
- ROCHA, P.S.M.V., SOUZA, A. O. B., CÂMARA, J. R. B. O Futuro da Bacia do Recôncavo, a mais antiga província petrolífera brasileira. Revista Bahia Análise e Dados – SEI, Salvador, Bahia, Brasil, 2003.
- SANTOS, G.B., Valoração de Campos Maduros de Petróleo e Gás. Congresso Brasileiro das Agencias Reguladoras, Manaus, AM, 2005.